

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,  
realizada em 14 de fevereiro de 2019**

Aos catorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Paulo Alexandre Vieira e Sousa, Ana Genoveva da Silva Araújo e Luís António de Sousa Teixeira. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ----

Procedeu-se de imediato à leitura da ata da reunião anterior que, colocada a votação, foi aprovada por unanimidade. -----

No período “antes da ordem do dia” o senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento aos senhores vereadores das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal. -----

Iniciando a sua intervenção, o senhor Presidente informou que a Assembleia Municipal de Vila Verde, remeteu a esta autarquia uma moção, aprovada por maioria naquele órgão, intitulada “Pela não hipoteca da rede de saneamento no Vale do homem”, de que se remeterá cópia aos senhores vereadores. -----

Prosseguindo informou que se encontra agendada para os próximos dias 19, 20, 25 e 27 de fevereiro, uma ação de formação sobre o tema: “Informação turística do Parque Nacional da Peneda-Gerês – Áreas Protegidas”, a decorrer na Porta do PNPg, no Campo do Gerês e que no passado dia 8 decorreu um workshop sobre a certificação e rotulagem do mel e derivados no Salão Nobre dos Paços do concelho, no âmbito do projeto Revitagri-PNPg. -----

Uma equipa de Sapadores da Associação Florestal do vale do Homem encontra-se, no âmbito do protocolo celebrado com o Município, a proceder à limpeza dos trilhos pedestres e da Geira Romana, disse. -----

Por fim, o senhor Presidente informou que estabeleceu novo contacto com o Secretário de Estado das Autarquias Locais no sentido de agendar nova reunião. -----

De seguida o senhor Presidente deu a palavra ao senhor Eng.º Jerónimo Correia, Chefe da Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ambiente para que este elucidasse os presentes sobre os seguintes pontos da ordem de trabalhos:-----

Ponto 19. Pedido de declaração de interesse municipal em nome de Henrique José Oliveira dos Santos Reis. Trata-se do processo da Quinta dos Carqueijais, na freguesia de Valdosende, disse. O senhor Eng.º informou que o pedido de declaração está relacionado com a necessidade de reconhecimento de interesse municipal para efeitos de classificação do empreendimento com “Turismo em Espaço Rural”, tendo como objetivo a regularização do licenciamento das piscinas, edificadas em RAN. Tratou-se de um processo identificado pelo IGAMAOT, que detetou as inconformidades. -----

Ponto 20. Alteração do PP da Caniçada. Contrato para Planeamento. Trata-se de um processo que remonta a finais do ano de 2017, tendo a Câmara Municipal deliberado iniciar o procedimento de revisão do PP da Caniçada. No entanto a Lei exige que exista previamente um contrato com o promotor que irá assumir a revisão do plano. É o que se apresenta hoje ao órgão executivo, disse. -----

Prosseguindo informou que o contrato, em traços gerais, vincula o interessado, salvaguardando o interesse da Câmara Municipal, alargando a revisão a toda a área do Plano e não só às parcelas detidas pelo promotor. Encontra-se também prevista a eventual integração no PP de terrenos marginais àquele, disse. -----

De seguida o Chefe da DPUA disse que o processo será enviado para a CCDR-N com a proposta de que o plano não esteja sujeito à avaliação de impacto ambiental estratégico face à reduzida área a acrescentar. Por fim, informou que o processo deverá ser colocado à discussão pública por um período mínimo de 10 dias, sendo que, antevendo a posição do senhor Presidente da Câmara, propôs um período de 30 dias. -----

Ponto 22. Segunda Revisão do PDM e Aprovação do REOT. -----

Trata-se de um ponto da ordem de trabalhos que carece de duas deliberações, uma relativa á revisão do PDM e outra relativa à aprovação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território, disse. Prosseguindo afirmou que se trata de um processo que tem como antecedente a nova lei de Bases do Ordenamento do Território, cujo prazo para conclusão da revisão do PDM termina em junho de 2020. -----

Entre as tarefas entretanto desenvolvidas, disse, encontram-se a elaboração do REOT, o Plano de Comunicação e as sessões públicas de divulgação que decorreram em todas as freguesias do concelho. -----

Continuando, esclareceu que o REOT deverá ser, nos termos da Lei, colocado a discussão pública pelo período de 30 dias. -----

Quanto à revisão do PDM trata-se de um processo que deverá ser iniciado de imediato e definido um período de receção de pedidos de análise pela população, sendo objetivo dar resposta a todos eles, disse. -----

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara para propor a definição de um prazo de 60 dias, em detrimento dos 15 previstos na minuta de deliberação. -----

De seguida o senhor presidente questionou se algum dos senhores vereadores desejava usar da palavra. -----

Usou da palavra o senhor vereador, Dr. Paulo Sousa, para transmitir um pedido que a população da Vila do Gerês lhe tem endereçado e que se prende com a retirada das bolas de ferro na zona da rotunda junto ao Posto de Turismo, uma vez que dificultam a circulação dos peões, nomeadamente, dos carrinhos de bebés e cadeiras de rodas para pessoas com mobilidade reduzida. -----

De seguida o senhor vereador solicitou que lhe fosse fornecida a estimativa orçamental que serviu de base à intervenção no Parque Geriátrico. -----

Por fim o senhor Dr. Paulo Sousa questionou porque é que nos processos de apoio no âmbito da Habitação Condigna, aparecem sempre orçamentos da mesma empresa, no universo não existe só aquela empresa, além das empresas de Terras de Bouro, existem mais empresas além da Ampliescala, ainda que não sejam de Terras de Bouro. -----

Retomando a palavra o senhor Presidente afirmou que não existe qualquer estimativa orçamental relativo à obra do Parque geriátrico de Moimenta, uma vez que se tratou de uma obra da Freguesia de Moimenta. -----

Sobre os orçamentos anexos aos processos da Habitação Condigna, afirmou que são selecionados aqueles que apresentam o melhor preço, no entanto regista o facto do senhor vereador sugerir o pedido de propostas a empresas de fora do concelho. -----

Relativamente às bolas de ferro existentes nos passeios da Vila do Gerês, o senhor Presidente informou que já existe um plano estratégico de intervenções naquela vila, nomeadamente na Av. 20 de junho, na Rua Miguel Torga, com a colocação de novos contentores do lixo, bem como o arranjo urbanístico daquela zona que contempla a retirada das referidas bolas de ferro. -----

Usou da palavra o senhor vereador, Dr. Luís Teixeira, para afirmar que teve conhecimento que a Câmara Municipal está a notificar os consumidores de água para colocarem os respetivos contadores no exterior das habitações, alertando para o facto da ERSAR entender que tal situação só é obrigatória se o Município suportar os respetivos custos. Tal obrigatoriedade só existe para as novas edificações, disse. -----

Prosseguindo, afirmou que compreende a medida tomada, não concorda com o facto de ter sido feita através de uma notificação, e deveria ter sido acompanhada de um esclarecimento sobre o suporte dos custos por parte do Município. -----

De seguida, o senhor Presidente questionou se alguém do público presente desejava usar da palavra, o que não se verificou. -----

Sendo treze horas e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----